

Lisandra Franco de
Mendonça

C

ONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA E DO AMBIENTE URBANO MODERNOS EM CONTEXTO PÓS-COLONIAL: A BAIXA DE MAPUTO

108

pós-

RESUMO

Passados quarenta anos desde a Independência de Moçambique (25 de junho de 1975), as dificuldades na tutela e reabilitação do patrimônio edificado são evidentes. Os ajustamentos estruturais resultantes de mudanças doutrinárias contrastantes, expressas na adoção de reformas econômicas específicas, acrescidas de uma longa guerra civil (1976-1992), contribuíram para que se agravasse a degradação progressiva dos núcleos urbanos e dos serviços. Este texto foca-se no patrimônio edificado da cidade de Maputo, com o objetivo de aprofundar o conhecimento da arquitetura e dos ambientes urbanos do século XX e das particularidades inerentes à conservação do patrimônio moderno associado ao contexto colonial. A dificuldade deste exercício prende-se sobremaneira com questões relacionadas com especificidades da própria “modernidade”: o reconhecimento e a tutela, a perda de funcionalidade e a adaptação a novas funções, a deterioração dos materiais de construção e das infraestruturas, as alterações na envolvente, a manutenção corrente e, principalmente, pelo fato de essas estruturas espaciais e conceptuais terem sido desenvolvidas para um referencial cultural, social e econômico distinto, alheio à sua condição contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura moderna de Maputo. Conservação do patrimônio. Patrimônios de Influência Portuguesa. Moçambique.

MODERN URBAN AND ARCHITECTURAL HERITAGE CONSERVATION IN A POSTCOLONIAL CONTEXT: MAPUTO'S "CITY OF CEMENT"

ABSTRACT

Forty years after the Independence of Mozambique from Portugal (June 25th 1975), the difficulties in assessing and rehabilitating the modern architectural heritage of colonial origin are evident. The structural adjustment programmes, a consequence of contrasting doctrinal changes and expressed in the adoption of specific economic reforms, together with a prolonged civil war (1974-1992), have contributed to the progressive degradation of the historic urban centres and their services. This essay focuses on the built heritage of Maputo, and aims to deepen the knowledge of 20th century architecture and urban ambiances and of the particularities involved in the conservation of architectural heritage associated with the postcolonial context. The difficulty of this task is related to the specificities of "modernity" itself: the recognition of this patrimony and its tutelage, its routine maintenance, the deterioration of materials and infrastructures, the loss of functionality and adaptation to new functions, the changes in the surrounding areas and the fact that these spatial and conceptual spaces were developed within a distinct social, economical and cultural framework, extraneous to their contemporary condition.

KEYWORDS

Modern heritage of Maputo. Heritage conservation. Cultural heritages of Portuguese influence. Mozambique.

INTRODUÇÃO

O último quartel do século XIX assistiu a uma nova fase no desenvolvimento de Lourenço Marques (renomeada Maputo em 1976), em Moçambique, que levou à sua transformação numa importante cidade portuária. O pequeno assentamento urbano tinha como elemento primário e estruturante a Fortaleza, com o flanco sul sobre a linha de água (Figura 1). A montante da Fortaleza, desenvolvia-se a povoação, seguindo paralelamente à linha da costa, “*estruturando a direção dos traçados na sua relação com a Praça da Picota*”¹ (MORAIS, 2001, p. 67-68). Com pequenas adaptações, esse organismo urbano primitivo acompanhou a expansão da cidade no final de oitocentos, constituindo a sua área comercial e administrativa por excelência e o núcleo estruturante da “cidade nova”, com forte ligação ao porto e ao caminho de ferro, os seus motores de desenvolvimento (Figuras 2 e 3).

A afirmação de Lourenço Marques no conjunto dos assentamentos urbanos da vasta língua de costa de Moçambique, no final do século XIX, explica-se sobretudo pela proximidade desafiante da África do Sul, foco de grande desenvolvimento tecnológico e demográfico, graças à descoberta de grandes depósitos de minérios, primeiro de carvão e de seguida de ouro e diamantes². Esse desenvolvimento exigiu a criação de infraestruturas de comunicação, com vista ao trânsito de bens e de mão-de-obra, de e para os portos de mar mais próximos, privilegiando a proximidade geográfica da baía de Lourenço Marques como seu porto natural.

Acompanhando o crescimento da cidade planificada, fomentado pela administração colonial, nos subúrbios uma área caracterizada por uma estrutura de assentamento desordenado e difuso, originada pela migração da população rural, veio a formar uma mancha de construção precária conhecida por “caniço” — a “cidade informal”. A cidade dos colonos, conhecida como “cidade de cimento”, foi abraçada pela “cidade de caniço”, formando um sistema dual, típico das cidades de génese colonial da África Subsaariana. A “cidade de cimento” constitui atualmente apenas uma pequena parte da cidade de Maputo, visto que as vastas áreas de génese informal externas alojam cerca de 80% da população urbana (OUI et al., 2010, p. 15).

Em tempos recentes, desde o final da guerra civil (1976-1992) que opôs a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a cidade de Maputo foi a estrutura urbana onde mais se investiu na criação e na manutenção de infraestruturas, na construção civil e em vários sectores da economia (COSTA, 2007, p. 7; MUNICÍPIO DE MAPUTO — MP, 2008, v. I, p. 110 ss.). Foi na capital, à semelhança da administração colonial precedente, que o Estado optou por centralizar formal e simbolicamente o poder político e económico. Não obstante, a estrutura urbana da “cidade de cimento” sofreu poucas alterações até à atualidade, contrariamente ao verificado nos subúrbios, onde o crescimento populacional e físico/urbano foi mais acelerado, sobretudo na década de 1990 (OPPENHEIMER; RAPOSO, 2008, p. 18-19).

¹ A picota (pau a prumo que servia de pelourinho) e o pelourinho (coluna de pedra), eram marcos erigidos em lugar público (largo ou cruzamento) junto aos quais se expunham e castigavam os sentenciados, sujeitos ao escárnio popular. Assim, esse local tornava-se o espaço público de encontro e, subsequentemente, a “praça” (CORVAJA, 2003, p. 55 nota 11).

² Por volta de 1870 foram descobertos diamantes na zona da atual cidade de Kimberley, seguindo-se, cerca de uma década mais tarde, importantes filões auríferos no Transvaal (Witwatersrand) (CABAÇO, 2007, p. 76 nota 20). A importante produção e acumulação de riqueza da indústria mineira esteve na base de um processo de industrialização único no continente, foco de um fluxo migratório (com origem sobretudo na Europa) com grande impacto na região.



Figura 1: Planta de Lourenço Marques, ca. 1887.
Fonte: Autora, com base na planta de S.T. Hall de 1876, AHM (D1.03/2021) e na “Planta da Avenida António Augusto de Aguiar” de 1887, AHU (ACL_SEMU_DGU_Cx. 1389/1L_1886_1888). Assinalam-se a nova estrada de Lindemburgo (1); a antiga estrada de Lindemburgo (2); o novo Hospital (3); a Igreja Paroquial (4); a estrada da Ponta Vermelha (5); o cemitério de S. Timóteo (6); o Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura (7); o traçado do esgoto do pântano do Maé (8); o projeto de ampliação da praça 7 de Março com a nova ponte (9) e a Fortaleza (10). A povoação estava cercada por terras alagadas (assinaladas com uma trama sólida) que a separavam da terra firme.

pós-
II

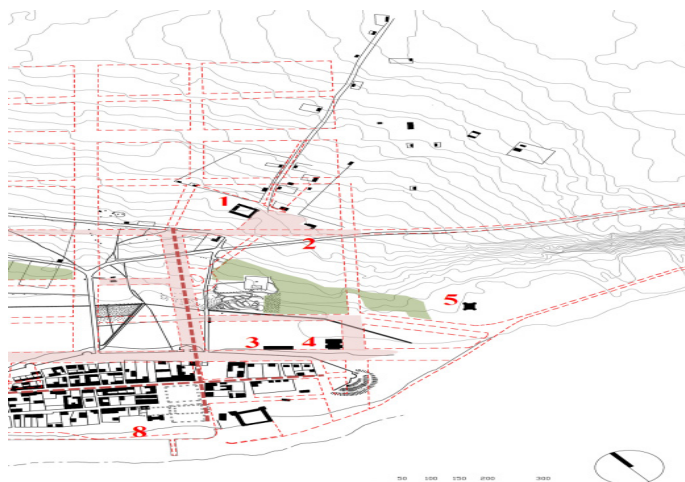


Figura 2: Planta de Lourenço Marques, ca. 1887-1888, com o traçado esquemático do projeto de ampliação da cidade de 1887 (a tracejado), a abertura das primeiras avenidas (assinaladas com trama sólida), a plantação de eucaliptos para o saneamento da área (mancha irregular a norte da antiga povoação) e os novos edifícios e praças erigidos pelas Obras Públicas a partir de 1877: Hospital (1); Igreja Paroquial (2); Obras Públicas (3); Cadeia Civil e Estação de Polícia (4); Paiol (5); Quartel da Polícia (6); Matadouro (7); Alfândega (8); Praça da Estação (9).
Fonte: Autora, com base no “Plano do projetado esgoto e aterro do pantano de Lourenço Marques por S.T. Hall, Dezembro de 1876. Cópia de Augusto de Castilho”, AHM (D1.03/2021), na “Planta de Lourenço Marques levantada em 1886, Escala 1:5000”, AHM (N.º 1711/D.29/2006) e na “Planta da Cidade, Lourenço Marques, 1903, Escala 1: 5000”, AHM (2014/D.37).

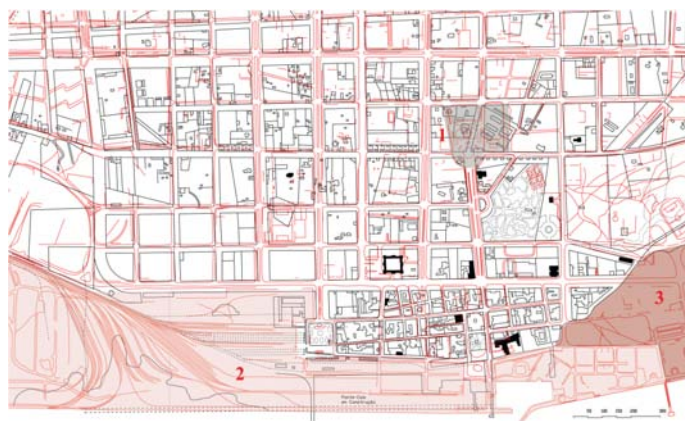


Figura 3: Planta de Lourenço Marques (área central), ca. 1903, com a sobreposição do levantamento atual da estrutura viária.
Fonte: Autora, com base na “Planta da Cidade, Lourenço Marques, 1903, Escala 1: 5000”, AHM (2014/D.37) e no levantamento atual. Ao longo do século XX, as alterações de fundo na estrutura urbana desta parte da cidade aconteceram com a construção da praça Mouzinho de Albuquerque/da Independência (entre finais da década de 1930 e meados da de 1940) (1); as ampliações sucessivas da estrutura ferro-portuária (2) e o aterro da enseada da Maxaquene (3).

TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANÍSTICO E ARQUITETÔNICO MODERNO DE MAPUTO EM CONTEXTO PÓS-COLONIAL: ANTECEDENTES

Desde a Independência, a cidade de Maputo (e Moçambique) foi palco de processos econômicos e de desenvolvimento contrastantes que deixaram marcas profundas na sua estrutura econômica, social e urbana. Internamente, e durante a primeira década e meia após a Independência, sobressaíram os seguintes fatores:

- A implementação de políticas de desenvolvimento socialistas, com a centralização do poder político-administrativo e a nacionalização dos prédios de rendimento e das casas deixadas vazias pelo “*êxodo em massa dos colonos brancos, trabalhadores especializados e profissionais negros e indianos*” (NEWITT, 2012, p. 473). Apesar de o ataque à propriedade privada ter sido considerado um fator crucial para o mal-estar de grande parte dos antigos proprietários, “forçando” a sua saída, a rápida mudança de poder e a instituição da nova ditadura socialista, foram referidos por alguns académicos como motivos válidos para a erosão do projeto de país/sociedade a-racial inicialmente defendido pela FRELIMO³;
- A partir de 1976, a “guerra de desestabilização” (NEWITT, 2012, p. 482-483), que culminou numa guerra civil (com um pico entre 1982-1984 e terminos em 1992), devastou a estrutura social e econômica do país;
- A “ajuda externa”, com a imposição de reformas econômicas sucessivas — sustentadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e por estados doadores bilaterais —, teve consequências desastrosas na economia do país e contribuiu para o agravamento das condições de vida das populações urbanas (COSTA, 2007, p. 10).

Após 1976, a maioria dos blocos residenciais (com apartamentos destinados ao aluguer) e numerosos prédios da “cidade de cimento” foram nacionalizados. As nacionalizações atingiram edifícios de habitação planeados para um referencial econômico e cultural distinto: os colonos brancos. Os fogos nacionalizados foram ocupados por inquilinos da Administração do Parque Imobiliário do Estado — APIE⁴, mas especificidades várias na recolha e gestão de fundos, ambiguidades legais e a fraca disponibilidade de recursos humanos, não permitiram garantir a manutenção corrente do parque imobiliário. E, o uso inadequado deste por parte da população locatária, em contato recente com a habitação urbana, acelerou a sua degradação.

O que se verificou nos primeiros tempos, foi que os novos locatários passaram a pagar uma renda simbólica (10-20% do seu rendimento) que, em alguns casos, se tornou incomportável a médio prazo (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE — RM, 1999, v. IV, 7-8). Em poucos anos, e em momentos e contextos diferentes, muitos transferiram-se para os antigos bairros de proveniência (maioritariamente na periferia) (OPPENHEIMER; RAPOSO, 2008, p. 53), devido a dificuldades em pagar despesas correntes, ou, depois das privatizações⁵, para melhorar os seus rendimentos, alugando os seus apartamentos ou moradias dentro da “cidade de cimento”. Atualmente, grande parte do patrimônio edificado encontra-se em más condições de conservação.

³ Afirmações feitas com base numa série de entrevistas realizadas pela autora em Maputo, em novembro de 2014, aos arquitetos Júlio Carrilho, Luís Laje e João Tique e aos historiadores António Sopa e Gerard Liesegang, académicos da Universidade Eduardo Mondlane — UEM.

⁴ A gestão do patrimônio imobiliário nacionalizado ficou a cargo da APIE, sob a tutela do Ministério das Obras Públicas e Habitação.

⁵ O Estado iniciou o processo de desnacionalização dos seus ativos imobiliários a partir de 1991 (começando com a Lei n. 5, de 9 de janeiro de 1991). Os baixos preços praticados pelo Estado permitiram que sobretudo (mas não só) nas áreas residenciais centrais, mais bem localizadas, cerca de metade dos arrendatários adquirisse moradias até ao ano de 1998 (ca. de 19.000 fogos) (RM, 1999, v. IV, p. 8).

⁶ Após a Independência, a generalização do acesso ao ensino e aos cuidados primários de saúde, até aí condicionados, produziu uma sobrecarga de utilização desajustada nessas infraestruturas. A saída do país dos quadros técnicos e profissionais qualificados provocou graves dificuldades no funcionamento dos serviços. Essa situação agravou-se consideravelmente com o aumento dos “deslocados” de guerra provocado pelo endurecimento da guerra no sul do país, a partir de meados da década de 1980.

Do ponto de vista histórico-político e social, esta situação é em parte explicável se considerarmos que, pouco tempo após a Independência, Moçambique viu-se privado de quadros técnicos e de mão de obra qualificada, com a saída em massa dos colonos e de profissionais qualificados negros e indianos.

As opções políticas do Estado, em particular a oposição às políticas de molde racial, provocaram o distanciamento e a erosão nas relações externas com os estados vizinhos, sobretudo com a África do Sul e a Rodésia do Sul (atual Zimbabwe), principais utentes da sua estrutura de serviços de transportes, com graves repercussões econômicas para Moçambique (COSTA, 2007, p. 75; MENDES, 1985, p. 65). Posteriormente, o apoio destes países, sob regimes de segregacionismo racial, à oposição e resistência ao governo instituído em Moçambique — que se traduziu na fundação da RENAMO em 1976 (MACAGNO, 2009) e no apoio da FRELIMO aos movimentos de oposição nesses países (ANC e ZANU, respetivamente) — aprofundou a crise econômica e social em Moçambique, com a devastação das infraestruturas de produção e a fuga da população das zonas rurais para as grandes cidades, mais seguras e distantes do conflito armado (NEWITT, 2012, p. 478-480). Assim, nos centros urbanos, as infraestruturas sociais e de serviços públicos, nomeadamente no ensino e nos cuidados primários de saúde, entraram em ruptura⁶, o desemprego disparou e o abastecimento de alimentos diminuiu drasticamente, uma vez que no mundo rural a produção agrícola tinha sido interrompida com o abandono das propriedades pelos seus donos, por razões diversas. Os agricultores portugueses que abasteciam as cidades tinham deixado o país em 1977 e a produção para exportação dos agricultores locais diminuiu. Além disso, entre 1977 e 1982, o país viu-se fustigado por calamidades naturais cíclicas, primeiro pelas cheias e de seguida por anos de seca, generalizando-se a fome e a desagregação da economia rural (FIRST, 1977, p. III.15-III.16; NEWITT, 2012, p. 473, p. 483-484).

No início da década de 1980, a população começou a valer-se do sector informal, incrementando os mercados clandestinos de produtos alimentares, atividade inicialmente sujeita a penas pesadas, no seguimento da implementação da distribuição administrativa assegurada pelo Novo Sistema de Abastecimento (1981) (MENDES, 1985, p. 63-64). Essa atividade, porém, mesmo com a progressiva escassez de oferta de emprego no sector formal, manteve uma expressão pouco significativa até ao final da década de 1980 dentro da “cidade de cimento”, devido à atitude repressiva das autoridades. Todavia, a partir da década de 1990, fruto de mudanças na orientação política e econômica do Estado (NEWITT, 2012, p. 484-485), Moçambique abriu-se definitivamente à “privatização” dos serviços e das atividades comerciais. Nesse mesmo período, a ocupação do solo tendeu a adensar a retícula urbana da “cidade de cimento” de Maputo (CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DO HABITAT — CEDH, 2006), acompanhada por rupturas nos usos e costumes da cidade, ou, por outras palavras, pela “ruralização” da cidade.

Segundo dados apresentados pelo CEDH (2006, p. 2-3), aquando da Independência apenas 9% dos moçambicanos vivia em áreas urbanas. Três décadas mais tarde essa percentagem subia para cerca de um terço. Em apenas duas gerações, grande parte da sociedade moçambicana trocava a base

⁷ Isto de acordo com a Lei n.º 10, de 22 de dezembro de 1988, que determina a proteção do Patrimônio Cultural de Moçambique (MOÇAMBIQUE, 1988).

tradicional de produção e consumo do mundo rural pela economia sediada na cidade. Esta transformação apressada nos hábitos de subsistência, com a maioria dos cidadãos a socorrer-se de atividades produtivas do sector informal para sobreviver (atividades dificilmente taxáveis), a que acresce a inexperiência urbana destes novos membros da cidade, acarretou problemas econômicos de difícil resolução, nomeadamente a falta de recursos (privados e públicos) para a requalificação do espaço urbano e o acesso e/ou manutenção de condições de habitabilidade dignas.

Os conceitos de “desenvolvimento” e de “modernização” da Nação, veiculados durante a primeira década de governação emancipada de Moçambique, passaram sucessivamente, e de forma brusca, de paradigma da ideologia nacional (pró-socialista) a suporte ideológico do capitalismo neoliberal globalizado. De forma desconcertante, tal como apreende Mamadou Traoré (1991, p. 32 apud CABAÇO, 2007, p. 431), esta operação assumiu conteúdos muito distintos na África Subsaariana relativamente aos países ricos do Ocidente, sujeitos a outras temporalidades, condições econômicas, políticas, sociais e históricas, uma vez que, *“ao propor ou ao impor significantes ausentes da vida quotidiana das populações, a modernização, vinda de fora, não cessa de multiplicar os fenómenos de non-sense ou de contra-senso nas sociedades pressionadas a reproduzirem uma história não vivida”*. Como observa o mesmo autor (1991 apud CABAÇO, 2007, p. 431), se no mundo ocidental o “desenvolvimento” (tal como é veiculado no Ocidente) é um produto cultural, nos países “em vias de desenvolvimento”, ele é um projeto cultural, estranho às condições de vida e aspirações (de sobrevivência e urbanas) do cidadão comum.

A revolução social do primeiro período de independência viu-se a braços com o *status quo* assimilado por gerações de “colonizados”. A “libertação” trazia questões complexas ao indivíduo. A porta franca para a “cidade de cimento” exigia que o novo residente assumisse um novo papel na nova conformação social, dentro da mesma estrutura urbana petrificada idealizada pelo antigo regime. Essa metamorfose levou o seu tempo e tomou fâcies próprias, que interessa indagar. A cidade de Maputo na sua fisionomia pós-colonial assume por isso, em termos patrimoniais, “valor de história”, de testemunho material de formas de fazer e pensar humanas que interessa à estimulação da produção de conhecimento das gerações futuras.

A REAVALIAÇÃO E (RE)FUNCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO COLONIAL

A sociedade pós-colonial lida com heranças espaciais e conceptuais desenvolvidas para um determinado referencial cultural, social e económico distinto, referencial esse nem sempre compreendido ou sequer desejado. A proximidade do “tempo vida” desse património condiciona o distanciamento histórico-crítico necessário à interpretação e avaliação do seu significado pelos seus “tutores naturais”: em primeiro lugar, o Estado, ao qual toca promover a inventariação, classificação e registo dos imóveis, encorajar medidas e ações para a sua conservação e a sua fruição informada pela comunidade⁷; e, em segundo lugar, os cidadãos.

Figura 4: Prédio Abreu, Santos e Rocha, do arquiteto Amâncio de Alpoim de Miranda (Pancho) Guedes (1925-2015), meados da década de 1950, Av. Guerra Popular/ Praça dos Trabalhadores, Baixa de Maputo, 2014. Este edifício integra o inventário do patrimônio edificado da cidade de Maputo do Ministério da Cultura.
Fonte: Autora.



⁸ É importante vincar esta especificidade, uma vez que se verificam comportamentos distintos em Moçambique relativamente ao restante patrimônio cultural. É o caso, por exemplo, das estações arqueológicas com pinturas rupestres, ou de amuralhados arqueológicos do tipo Zimbabwe na província de Manica, que têm sido tradicionalmente geridos e custodiados pelas comunidades locais do meio rural (JOPELA, 2006, 2014).

⁹ O restauro arquitetônico constitui uma acepção particular do restauro tal como comumente entendido, e distingue-se deste, não em termos de princípios teóricos mas, na operabilidade prática, pela consistência, dimensão e “espacialidade” dos objetos que atende (BRANDI, 2000, p. 77; CARBONARA, 1997, p. 11), indissociavelmente ligados a um “sítio histórico” e a um ambiente próprio (cf. CABRAL; ANDRADE, 2012, p. 106; ZEVI, 2004, p. 57-64). Para a análise das transformações do conceito de restauro ao longo do tempo e a contextualização do debate atual dentro da Europa, e para referências bibliográficas complementares, veja-se CARBONARA, 1996, 1997, 2011; CASIELLO, 1996, 2008; CESCHI, 1970; CHOAY, 2000; DEZZI BARDESCHI, 2006; JOKILEHTO, 1999, 2003, 2007; NETO, 2001, p. 25-61.

O patrimônio “recente” lida com problemas de conservação específicos que têm encontrado justificação, errônea, na diversidade dos materiais e tecnologias construtivas que opera (Figura 4), que são muito distintos dos de períodos precedentes (KUHL; SALVO, 2006, p. 198-210; SALVO, 2007, p. 265-335). O problema, no entanto, passará em primeiro lugar pela questão do “reconhecimento”, e esse está ligado a condições específicas em cada área, afetando indiferentemente todas as geografias, e é especialmente complexo em realidades com heranças coloniais recentes. Para além do caráter das próprias tradições locais, da deficiente organização da tutela e gestão do patrimônio edificado, da falta de pessoal qualificado nos departamentos públicos e de verbas adequadas, os técnicos deparam-se com o fato de grande parte dos cidadãos não se identificar com os modelos coloniais (BERTI, 2003, p. 66) e/ou ignorarem a importância de uma parte relevante do patrimônio cultural das suas cidades —refiro-me especificamente ao patrimônio edificado das “cidades de cimento”⁸—, assim como a necessidade da sua proteção. Consequentemente, não conhecem/reconhecem valor (histórico/documental ou artístico) ao patrimônio edificado, nem o seu papel de tutores.

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL DE MOÇAMBIQUE: PROBLEMAS, PRÁTICAS E DESAFIOS

A atribuição de valor a determinados vestígios do passado, na Europa Ocidental, foi diretamente correlacionada com a noção de autenticidade e tendeu progressivamente ao estudo do objeto e posteriormente à conservação da matéria antiga, entendida como testemunho material em perpétua transformação e única garantia de qualquer outra possibilidade de interpretação e intenção conservativa. A conservação do patrimônio edificado, na Europa, aparece diretamente relacionada com a teoria do restauro⁹, e é com base em razões de cultura e de memória (no cerne da disciplina) que o estudo do patrimônio deve ser alargado a outras geografias, que lidam com memórias coloniais recentes, levando em consideração que, fora da Europa, as interpretações do patrimônio e sua conservação tomaram formas muito distintas.

¹⁰ Sobre este assunto e especificamente para o contexto de Moçambique, veja-se CARRILHO, 2005, p. 15-17, p. 56-61, p. 107-108; DIERNA, 2005; FORJAZ, 1997, 2005, p. 73-78.

Nos últimos anos, várias contribuições acadêmicas permitiram constatar a pouca abrangência do modo de pensar a “autenticidade” e a “identidade”, que na tradição europeia aparecem associadas ao culto da matéria, em ambientes externos à Europa. Na África Subsaariana, alguns teóricos discutem modos de lidar com problemas peculiares à herança local, estranhos à tradição europeia: os “lugares da memória” são tratados segundo categorias simbólicas, independentemente das suas características formais e materiais (JONG; ROWLANDS, 2007; JOPELA, 2006; TOMSZEWSKI, 2004), sendo muitas vezes incongruente a aplicação de modelos de conservação e cartas internacionais de patrimônio, claramente individuados a partir de uma matriz eurocêntrica, sem reflexo nas condições de implementação e/ou valores associados ao patrimônio cultural das comunidades locais¹⁰. A questão assume novos contornos quando analisamos a extensa produção moderna e modernista herdada pelas sociedades pós-coloniais, cuja manutenção em condições eficientes é manifestamente desadequada em relação às condições de vida da maior parte dos seus locatários. Ainda mais complexos são os problemas de gestão patrimonial e desenvolvimento de ambientes urbanos claramente disfuncionais, em cidades modernas planejadas para a segregação racial (JAPHA, 2003, p. 97-98).

O patrimônio moderno levanta questões complexas de avaliação e conservação em todas as geografias, com especificidades próprias nas várias expressões e sociedades pós-coloniais. Essa complexidade acentua-se em vários contextos da África Subsaariana, onde o patrimônio pré-colonial é formado principalmente por elementos e sítios arqueológicos investidos de simbologias precisas e cultura viva. Ao contrário de outras regiões de África objeto do colonialismo moderno, com assentamentos urbanos pré-coloniais de caráter perene (JENKINS, 2013, p. 61-62), o patrimônio moderno em Moçambique, pela sua dimensão quantitativa (e qualitativa), assume uma expressão incontornável, indissociável da própria história político-social do país. Conformam produtos nem sempre evidentes da circulação de formas e tecnologias, dos Mundos Índico e Árabe, do Mundo Anglo-saxónico (pela proximidade laboriosa da África do Sul), e da mudança de paradigma na forma de projetar e de construir (e de gerar riqueza, acentuando a desigualdade racial) que a atividade imobiliária e industrial sofreu no final do período colonial. Embora a legislação moçambicana do patrimônio seja de grande alcance, prevendo (teoricamente) a proteção de todas as suas categorias, é indiscutível que a associação ao endurecimento do colonialismo da maioria dos edifícios e conjuntos urbanos modernos (Figuras 4 e 5) tenha ainda um peso significativo na sua apreciação como patrimônio cultural.

A conservação é, em última análise, motivada pelos valores que a sociedade reconhece ou projeta no objeto, devendo ser entendida, em primeiro lugar, como “ato de cultura” fundado em exigências “de memória” (CARBONARA, 1997). Esse processo relaciona-se intimamente com a ligação que uma dada cultura e contexto histórico estabelece com o seu passado, a qual é variável.

Com a aprovação da Lei n.º 10, de 22 de dezembro de 1988 — surgiu entretanto regulamentação específica para a proteção do patrimônio arqueológico, o Decreto n.º 27, de 20 de julho de 1994 (MOÇAMBIQUE, 1994), e da Luta de Libertação Nacional, a Lei n.º 13, de 25 de fevereiro de

Figura 5: Vista parcial da Baixa de Maputo, 2013. Ao centro, os edifício do Conselho Municipal e da Catedral e a Praça da Independência com o monumento a Samora Machel.
Fonte: Autora.



Figura 6: Planta de Lourenço Marques (área central), ca. 1903, com o traçado da ampliação do porto e do limite da cidade a norte. Assinalam-se alguns edifícios desse período permanentes na cidade atual (ainda que com alterações): Instituto Dona Amélia (atual Casa de Ferro), transferida da Repartição de Agrimensura para as imediações do Jardim Vasco da Gama/Tunduru no início da década de 1970 (1); Consulado Britânico (2); Hotel Clube (atual Centro Cultural Franco-Moçambicano) (3); Vila Jónia (atual Tribunal Supremo) (4); Mercado Central (5); Prédio Pott (6); Cadeia Civil (atual anexo da Imprensa Nacional) (7); Câmara Municipal (atual Tribunal Administrativo) (8); Mesquita (9); Casa Amarela (10); Casa dos Azulejos (11); Fortaleza (12).

Fonte: Autora, com base no “Plano do projetado esgoto e aterro do pantano de Lourenço Marques por S.T. Hall, Dezembro de 1876. Cópia de Augusto de Castilho”, AHM (D1.03/2021), na “Planta de Lourenço Marques levantada em 1886, Escala 1:5000”, AHM (N.º 1711/D.29/2006) e na “Planta da Cidade Lourenço Marques 1903, Escala 1: 5000”, AHM (2014/D.37). Assinala-se também a área de proteção histórico-arquitetônica da Baixa (perímetro a ponteadado) proposta pela SEC em 1984.

¹¹ Essa delimitação surgiu na sequência de um estudo — o *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo* (SEC, 1984) — concluído em 1984, promovido pelo Serviço do Patrimônio Edificado, do Departamento de Monumentos, da Direção Nacional do Patrimônio Cultural, da Secretaria de Estado da Cultura — SEC, abrangendo parte do Bairro Central com a Baixa antiga (FRANCO DE MENDONÇA, 2016, p. 260-261).

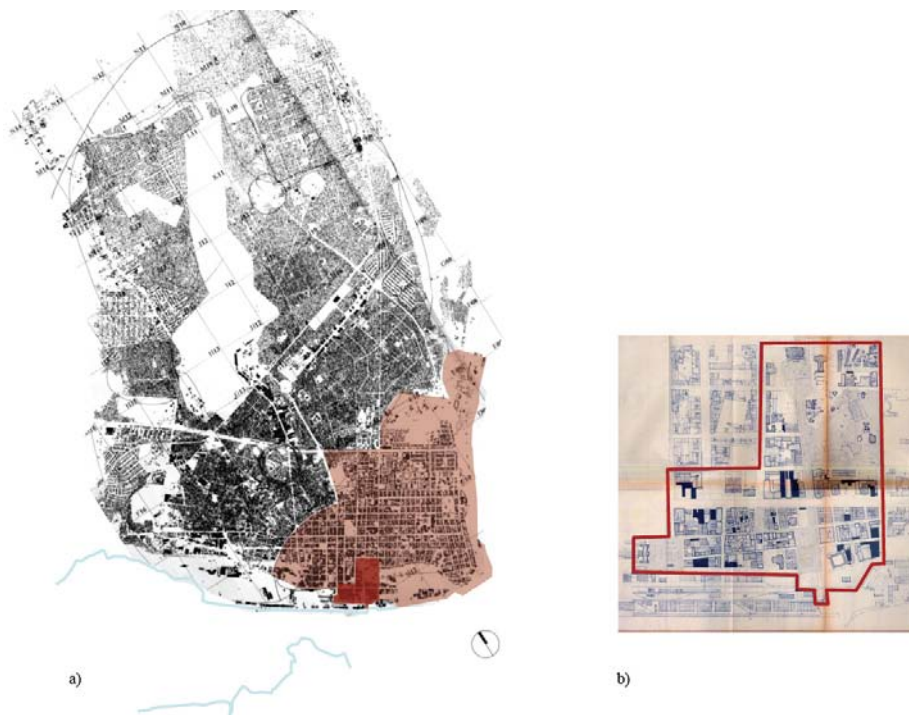
2009 (MOÇAMBIQUE, 2009) —, foram de imediato classificados, genericamente, “[t]odos os monumentos e elementos arqueológicos [...]”, “[t]odos os prédios e edificações erguidas em data anterior ao ano de 1920 [...]” (MOÇAMBIQUE, 1988, Capítulo IV, Art.º 7) e as zonas antigas das principais cidades. Nestas últimas, inclui-se o núcleo fundacional da cidade de Maputo, abrangido pelo conjunto da Baixa. Todavia, nem a proposta precedente de delimitação da área de proteção histórico-arquitetônica da Baixa (que remonta a 1984)¹¹ nem a legislação posterior, referente ao patrimônio cultural nacional (Lei n.º 10, de 22 de dezembro de 1988), asseguram a proteção desse conjunto classificado ou a de edifícios singulares. Se considerarmos que subsistem relativamente poucos testemunhos materiais referentes aos primórdios da cidade (Figura 6), comparativamente ao extenso repertório arquitetônico erigido desde a década de 1940 até ao final do período colonial, então, a medida deixa de fora o grosso do edificado da cidade, sujeito ao livre arbítrio.

A Lei n.º 10, de 22 de dezembro de 1988, não deu sequência a um “Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios”, nem, consequentemente, a um registo dos bens culturais imóveis classificados (no “Tombo do Patrimônio Cultural”) — que identificasse os imóveis protegidos por lei e informasse o seu enquadramento no processo de planeamento urbano e medidas de proteção adequadas. A falta de um inventário sistemático e atualizado e, até muito recentemente, de um regulamento específico para o patrimônio classificado (aprovado no final de 2016¹²), enviesa a apreciação por parte do corpo técnico dos Conselhos Executivos de Cidade, da entidade que superintende a área da Cultura e do Conselho Nacional do Patrimônio Cultural, dos processos de licenciamento de obras (cada vez mais frequentes) e uma qualquer estratégia de conservação integrada e gestão sustentável do patrimônio edificado em presença.

¹² O “Regulamento sobre a Gestão de Bens Culturais Imóveis” foi aprovado pelo Decreto n.º 55, de 28 de novembro de 2016, publicado no *Boletim da República*, I Série, n. 142, de 28 de novembro de 2016, p. 1257-1268.

Se o patrimônio edificado de matriz moderna ou modernista se manteve até há bem pouco tempo “intacto” (apesar de decadente), isso deveu-se sobretudo à ausência de “dinamismo” no mercado de especulação do solo urbano, situação que se alterou drasticamente ao longo da última década, com o estabelecimento de empresas multinacionais dos ramos da construção civil e do imobiliário. Os processos de produção do espaço urbano, em contexto neoliberal, têm promovido disparidades socioespaciais, condicionando também o delinear de uma estratégia para a salvaguarda do patrimônio. A substituição/renovação acelerada do tecido urbano ameaça a sobrevivência equilibrada do conjunto da Baixa e, mais importante, agrava as condições de sustentabilidade social e ambiental do próprio sistema urbano. Acentuam-se cada vez mais as diferenças entre a “cidade de cimento” (onde se concentra o investimento imobiliário, com foco nas classes de renda alta) e as áreas externas (Figura 7) (carentes de infraestruturas e condições condignas de habitabilidade).

Figura 7: a) Planta parcial da cidade de Maputo, assinalando a “cidade de cimento” e a área de proteção histórico-arquitetônica da Baixa. Fonte: Autora, com base em cartografia da FAPF-UEM de 2014; b) planta da “Zona de Proteção Histórico-Arquitetônica no Centro da Cidade de Maputo”, SEC/Gabinete de Conservação e Restauro, 1984. Fonte: SEC, 1984.



A situação relativa à deterioração e desaparecimento progressivo do rico repertório edificado da “cidade de cimento” deve-se, em parte, ao vazio legal que não permitiu um correto enquadramento de edifícios ou conjuntos urbanos que, potencialmente, são patrimônio da cidade (e do país) — digo potencialmente porque não são entendidos como tal pela maioria da população e porque não estão classificados — e, em parte, a uma lacuna consistente relativa à formação de quadros técnicos específicos para a área do patrimônio edificado dentro da instituição que superintende a política de monumentos, conjuntos e sítios (o Ministério da Cultura através da Direção Nacional do Patrimônio Cultural)¹³. Sem estes suportes, a divulgação de formas de atuação apropriadas, uma fiscalização eficaz e fundos adequados, a implementação de uma verdadeira “Política de Monumentos” e “de Museus”¹⁴, tal como as aprovadas pelo Conselho de Ministros em 2010, encontra sérias dificuldades.

¹³ Atualmente, o aperfeiçoamento nessa área faz-se sobretudo ao nível de licenciatura no Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM. As faculdades de arquitetura do país não oferecem, para já, formação de pós-graduação nessa área.

¹⁴ A “Política de Monumentos” e a “Política de Museus” foram aprovadas em 27 de abril de 2010, pela Resolução n.º 12/2010 e pela Resolução n.º 11/2010 respetivamente, e constituem documentos de referência para a atuação dos órgãos estatais nessas áreas.

Há, no entanto, um interesse e um entendimento crescentes do valor e da importância que o patrimônio imóvel representa do ponto de vista cultural, histórico e identitário para o país (OUIS *et al.*, 2010, p. 19). No ano de 2009, a criação de um projeto de valorização do patrimônio edificado da cidade de Maputo, através da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane — FAPF-UEM, com o apoio da Cooperação Itália-Moçambique, sistematizou a documentação “*de cerca de 200 edifícios de valor histórico, ambiental ou arquitetônico*” (LAGE, 2010, p. 3), com vista à sua inventariação e classificação (Figuras 8 e 9). Com este projeto definiu-se uma metodologia para a classificação do patrimônio edificado, formalizou-se e submeteu-se uma proposta de classificação de 30 edifícios e um conjunto urbano ao Conselho Municipal de Maputo e propôs-se ‘aos órgãos competentes do Estado a aprovação de um “Regulamento de Proteção do Patrimônio Cultural Edificado”’ (LAGE, 2010, p. 3).

O projeto foi coordenado por um grupo de docentes da FAPF-UEM, em colaboração com o Conselho Municipal de Maputo, os Ministérios da Cultura,



Figuras 8 e 9: Inventário do patrimônio edificado da cidade de Maputo. Mapa de localização dos 200 edifícios inventariados e da área de proteção histórico-arquitetônica da Baixa proposta pela SEC, 2010.

Fonte: FAPF-UEM.

¹⁵ Entre os vários edifícios classificados no período colonial encontram-se o Museu de História Militar/Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, a Casa Amarela/Museu da Moeda, a Casa de Ferro, o Tribunal Supremo/Vila Jóia, o Centro Cultural Franco-Moçambicano/Hotel Clube e o Palácio da Ponta Vermelha.

Turismo e Obras Públicas e vários especialistas externos (LAGE, 2010, p. 3). Realizaram-se vários encontros e seminários para a discussão de “(i) desafios legislativos e metodologias de atuação; (ii) questões ligadas à identidade e à apropriação cultural; e (iii) questões relativas à problemática da classificação do patrimônio moderno” (LAGE, 2010, p. 3). Com a classificação desse primeiro grupo de edifícios e memoriais, esperava-se que as autoridades competentes pudessem subsequentemente continuar o processo de inventariação e classificação de novos elementos, mas tanto a proposta de classificação, como a de um regulamento para o patrimônio edificado, não obtiveram deferimento.

A proposta de classificação inclui vários edifícios classificados durante o período colonial¹⁵; três monumentos memoriais erigidos no período pós-independência — a Samora Machel (1933-1986), a Eduardo Mondlane (1920-1969) e aos Heróis Moçambicanos — e um conjunto urbano que abrange bairros históricos externos à “cidade de cimento”, constituído pela Mafalala, Chamanculo e Xipamanine.

No final de 2014, no âmbito da elaboração do “Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo” — PPUBaixa, promovido pelo Conselho Municipal de Maputo, a inventariação do patrimônio edificado da cidade ultrapassava as três centenas de edifícios. O PPUBaixa retomou, em parte, informação já presente no “Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo — PEUMM” aprovado em 2008 (atualmente em vigor), e na proposta de classificação do patrimônio edificado da cidade submetida a aprovação em 2010 (resultante do projeto acima referido), nomeadamente na proposta de classificação de determinados edifícios inseridos no conjunto “classificado” da Baixa. Essa sobreposição de critérios, no entanto, torna pouco claros os objetivos relativos ao conjunto da Baixa, uma vez que admite a demolição e alteração de determinados elementos arquitetônicos entendidos como de menor relevância histórico-arquitetônica. Aliás, essa situação dúbia torna-se mesmo nefasta para a conservação do conjunto, uma vez que os edifícios com “menos” interesse histórico-arquitetônico (que não foram classificados nem estão em vias de classificação) podem ser mais facilmente e progressivamente (conforme a apetência do mercado) eliminados ou transformados radicalmente, restando apenas uns poucos elementos dispersos com “mais” interesse histórico arquitetônico (que estão classificados ou em vias de classificação), completamente descontextualizados.

É necessário referir que apenas uma minoria, no contexto acadêmico local, reconhece a pertinência do estudo e da conservação do patrimônio edificado “recente” (associado ao período colonial) e que daí à sua conservação “de fato”, tanto em termos de tutela legal — com a inventariação, a classificação de edifícios e conjuntos urbanos e a sua consequente conservação —, como na preparação de um corpo técnico adequado ao campo de estudos e à prática conservativa — a formação de uma consciência crítica e de especialização técnica —, haverá um caminho a percorrer. Isto porque, como bem expõe Françoise Choay (1992 apud NETO, 2001, p. 40), “[...] vouloir et savoir ‘classer’ des monuments est une chose, savoir ensuite les conserver physiquement et les restaurer est une autre affaire qui repose sur d’autres connaissances [...]”.

CONCLUSÃO

Existem muitas dificuldades no processo de levantamento, reconhecimento e classificação do patrimônio edificado na cidade de Maputo, que tem sido sucessivamente protelado. Estas dificuldades, como já referi, não advêm apenas de dificuldades estruturais, mas em parte, do entendimento sobre o “desenvolvimento” veiculado pelas elites nacionais, ‘tomadas pela vertigem “modernizadora” da globalização’ (CABAÇO, 2007, p. 431).

A aproximação à realidade urbana complexa da cidade de Maputo e a avaliação do seu patrimônio edificado não podem ser feitas tendo como únicas referências o produto colonial (e uma “vontade da arte” na arquitetura e no urbanismo que já não são as do nosso tempo), nem, por outro lado, o modelo do urbano propagado pelo Ocidente. Afinal, como refere Paul Jenkins (2013, p. 240), “[...] *o que existe n[estas] áreas urbanas [...], é uma forma de urbanidade de pleno direito, que precisa ser entendida como tal, e não vista como anormal, deficiente, exótica, caótica, e assim sucessivamente, como muitas vezes é apreendida e retratada*”. Nem o Estado, nem o sector formal privado têm conseguido dar resposta à demanda crescente por infraestruturas, serviços, empregos e segurança. Os cidadãos, neste contexto, estão a criar a sua urbanidade “de baixo para cima” — “[...] *os aspectos físicos da cidade refletem a agência social e cultural da construção do habitar e da urbanidade dos seus moradores*” (HONWANA, 2013, p. xiii; tradução da autora).

Uma possível estratégia para o estudo e conservação do patrimônio deverá ter como foco a população e o desenvolvimento de condições infraestruturais/ culturais que permitam melhores condições de vida (KING, 2007, p. 23) e, subsequentemente, participação e interesse genuíno nessa questão. As motivações da conservação do patrimônio encontram-se no contexto cultural onde se processa o “reconhecimento” e não na natureza material do objeto. Essa operação é antes de mais, um problema ético, de interpretação, que respeita aos “sujeitos”, antes de ser um problema técnico de “objetos”.

Lista de Acrônimos

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

AHM: Arquivo Histórico de Moçambique (Maputo)

ANC: *African National Congress*

APIE: Administração do Parque Imobiliário do Estado

FAPF: Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico

SEC: Secretaria de Estado da Cultura

UEM: Universidade Eduardo Mondlane

UNESCO: *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*

ZANU: *Zimbabwe African National Union*

pós-

121

REFERÊNCIAS

- BERTI, Maurizio. La gestione del patrimonio ambientale: sulla via della conservazione africana. *ARKOS: Scienza e restauro dell'architettura*, Roma, v. 4, p. 65-72, ott.-dic. 2003. Disponível em: <<http://www.webalice.it/maurizio.berti1/bertirestauro/11cittaterritorio/2conservaffricanacorretto.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2016.
- BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. 2 ed. Torino: Einaudi Editore. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2000. 154 p.
- CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 2007. 475 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CABRAL, Renata Campello; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem, *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 105-111, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/49039>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro: Teoria, storia, monumenti*. Napoli: Liguori Editore, 1997. 836 p.
- CARBONARA, Giovanni. Teoria e Metodi del Restauro. In: CARBONARA, Giovanni (diretto da). *Trattato di restauro architettonico*. Torino: UTET, 1996. v. I, p. 3-107.
- CARBONARA, Giovanni. *Architettura d'oggi e restauro: Un confronto antico-nuovo*. Torino: UTET Scienze Tecniche, 2011. 192 p.
- CARRILHO, Júlio (Coord.). *Ibo: a casa e o tempo*. Maputo: FAPF, 2005. 160 p.
- CASIELLO, Stella. *La cultura del restauro: Teorie e fondatori*. Venezia: Saggi Marsilio, 1996. 405 p.
- CASIELLO, Stella (a cura di). *Verso una storia del restauro: Dall'età classica al primo Ottocento*. Firenze: Alinea, 2008. 382 p.
- CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DO HABITAT. *Moçambique: Melhoramento dos Assentamentos Informais: Análise da Situação e Proposta de Estratégias de Intervenção*. Maputo: Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial, Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, 2006. 60 p.
- CESCHI, Carlo. *Teoria e storia del restauro*. Roma: Mario Bulzoni Editore, 1970. 225 p.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Património*. Tradução Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2000. Tradução de: *L'allégorie du patrimoine*. 308 p.
- CHOAY, Françoise. *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil, 1992 apud NETO, Maria João. *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001. 362 p.
- CORVAJA, Luigi. *Maputo: Desenho e Arquitectura*. Tradução Matteo Angius; Fernanda Angius. Maputo: FAPF, 2003. 114 p. Tradução de: *Maputo città capitale del Mozambico: disegno e architettura*.
- COSTA, Ana Bénard da. *O Preço da Sombra: Sobrevivência e reprodução social entre famílias de Maputo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. 183 p.
- DEZZI-BARDESCHI, Marco. *Restauro: due punti e da capo*. Milano: Franco Angeli, 2006. 496 p.
- DIERNA, Salvatore. A Ilha reencontrada: ambiente e cultura do habitar. In: CARRILHO, Júlio (Coord.). *Ibo: a casa e o tempo*. Maputo: FAPF, 2005. p. 7.
- FIRST, Ruth (Dir.). *O Mineiro Moçambicano: Um estudo sobre a exportação de mão de obra*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, UEM, 1977. Disponível em: <<http://www.ruthfirstpapers.org.uk/pt/content/423>>. Acesso em: 4 jun. 2016.
- FORJAZ, José. Património — Que atitude? *Novo MoçAmbiente*, Maputo, n. 21, p. 4-8, 1997.
- FORJAZ, José. *Arquitectura: Ambiente e Sobrevivência*. Maputo: FAPF, 2005. 79 p.
- FRANCO DE MENDONÇA, Lisandra. *Conservação da arquitetura e do ambiente urbano modernos: a Baixa de Maputo*. 2015. 726 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo e em História e Restauro da Arquitetura) - Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, Coimbra, Dipartimento di Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura, "Sapienza" Università di Roma, Roma, 2016.
- HONWANA, Alcinda Manuel. Foreword. In: JENKINS, Paul. *Urbanization, Urbanism, and Urbanity in an African City: Home Spaces and House Cultures*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. p. xiii-xv.

- JAPHA, Derek, 2003. The heritage of modernism in South Africa. In: OERS, Ron van; HARAGUCHI, S. (Ed.). *World Heritage papers: Identification and documentation of Modern Heritage*. Paris: UNESCO/WHC, n. 5, p. 94-95, June 2003. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/series/5/>>. Acesso em: 12 maio 2016.
- JENKINS, Paul. *Urbanization, Urbanism, and Urbanity in an African City: Home Spaces and House Cultures*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. XIX + 274 p.
- JOKILEHTO, Jukka. *A history of architectural conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999. 354 + xiv p.
- JOKILEHTO, Jukka. Continuity and Change in Recent Heritage. In: OERS, Ron van; HARAGUCHI, S. (Ed.). *World Heritage papers: 5 Identification and documentation of modern heritage*. Paris: UNESCO/WHC, n. 5, p. 105-108, June 2003. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-38-1.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.
- JOKILEHTO, Jukka. Il quadro internazionale: Asia, Australia, Medio Oriente, Paesi Arabi e Africa Subsahariana. In: CARBONARA, Giovanni (diretto da). *Trattato di restauro architettonico*: Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro. Torino: UTET, 2007. p. 147-210.
- JONG, Ferdinand de; ROWLANDS, Michael (Ed.). *Reclaiming heritage: Alternative imaginaries of memory in West Africa*. Walnut Creek: Left Coast Press. 2007. 270 p.
- JOPELA, Albino. *Custódia Tradicional do Património Arqueológico na Província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres do distrito de Manica, 1943-2005*. 2006. 80 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciado em História) - Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM, Maputo, 2006.
- JOPELA, Albino. Custódia Tradicional do Património Cultural Imóvel. In: MACAMO, Solange (Dir.). *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura, 2014. p. 55-58.
- KING, Anthony. *Colonial Urban Development: Culture, Social Power and Environment*. London: Routledge and Kegan Paul Ltd., 2007. 328 p.
- KUHL, Beatriz Mugayar; SALVO, Simona. Ciclo de Palestras sobre Preservação: Disciplina AUH 852 - Técnicas Construtivas Tradicionais. Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, São Paulo, n. 19, 2006, p. 198-210. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43471>>. Acesso em: 2 jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i19p198-210>.
- LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio (Coord.). *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. Maputo: FAPF, 2010. 78 p.
- MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 17-35, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a02v2470.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000200002>.
- MENDES, Maria Clara. *Maputo antes da Independência: Geografia de uma Cidade Colonial*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985. 526 p. (Memórias do Instituto de Investigação Científica Tropical, n. 68, 2. Série, Tese (doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1980).
- MOÇAMBIQUE. Lei n.º 10, de 22 de dezembro de 1988. Dispõe sobre a Proteção do Património Cultural. *Boletim [da] República Popular de Moçambique*, Maputo, n. 51, III suplemento, I série, 22 dez. 1988.
- MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 27, de 20 de julho de 1994. Aprova o Regulamento de Proteção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural. *Boletim da República*, Maputo, n. 29, I série, 20 Jul. 1994.
- MOÇAMBIQUE. Lei n.º 13, de 25 de fevereiro de 2009. Visa proteger, preservar e valorizar o património da Luta de Libertação Nacional. *Boletim da República*, Maputo, n.º 8, I série, 25 fev. 2009.
- MORAIS, João Sousa. *Maputo: património da estrutura e forma urbana: topologia do lugar*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. 247 p.
- MUNICÍPIO DE MAPUTO. *Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo: Análise da Situação Actual do Município de Maputo*, volume I. Maputo, 2008. 246 p.
- NETO, Maria João. *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP, 2001. 362 p.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Tradução Lucília Rodrigues; Maria Georgina Segurado. 2. ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2012. 509 p. Tradução de: History of Mozambique.

OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (Coord.). *Subúrbios de Luanda e Maputo*. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2008. 330 p.

OUIS, Khadidja; MYLLYLUOMA, Laura; LINDGREN, Helena; ANDERSON, Jorgen Eskemose (Ed.). *Exploring the Informal City*: Maxaquene, Maputo, Mozambique. Copenhagen: The Royal Danish Academy of Fine Arts, School of Architecture, Department of Human Settlements, 2010. 97 p.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo*: Relatório Final (versão preliminar), volume IV: Propostas e Estratégias: II. Estratégia de Habitação e Terreno Habitacional. Maputo: Direcção Nacional de Administração Local, Ministério da Administração Estatal, Arcadis-Euroconsult, JTK Associates, 1999. 47 p.

SALVO, Simona. Il restauro dell'architettura contemporanea come tema emergente. In: CARBONARA, Giovanni (diretto da). *Trattato di restauro architettonico*. Primo Aggiornamento. Grandi temi di restauro. Torino: UTET, 2007. p. 265-335.

SEC. *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo*: Segunda Parte [II partes], Proposta. Maputo: [documento policopiado], 1984. 42 p.

TRAORÉ, Mamadou Balla. Pour une culture de l'autogestion. In: DIAGNE, Souleymane Bachir (Sous la Direction de). *La Culture du Développement*. Dakar: CODESRIA - FOCSIV, série des livres du CODESRIA, 1991. 52 p. apud CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 2007. 475 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOMSZEWSKI, Andzej. I valori immateriali dei beni culturali nella tradizione e nella scienza occidentale. In: VALTIERI, Simonetta (a cura di). *Della bellezza ne è piena la vista!* Restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell'era della globalizzazione. Roma: Nuova Argos, 2004. p. 30-53.

ZEVI, Bruno, 2004. *A linguagem Moderna da Arquitectura*. Tradução Luis Pignatelli. 3. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Tradução de: Il linguaggio moderno dell'architettura.

Nota da Autora

Este artigo foi redigido no âmbito da tese de doutoramento desenvolvida pela autora, orientada por Giovanni Carbonara e Walter Rossa e coorientada por Júlio Carrilho. O projeto foi cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano, e por uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia — FCT, com a referência SFRH/ BD/ 73605/ 2010.

Nota do Editor

Data de submissão: 03/08/2016

Aprovação: 08/07/2017

Revisão: Celina Agostinho

Lisandra Franco de Mendonça

Universidade de Coimbra. Instituto de Investigação Interdisciplinar. Coimbra, Portugal.
lisandramendonca@gmail.com

